

Debates sobre cassação de acusados devem retardar o início da revisão

por Marcos Magalhães
de Brasília

A agenda da primeira semana após a CPI do Orçamento ainda deverá ser marcada pelo debate sobre a punição aos corruptos. A previsão é dos principais líderes partidários no Congresso Nacional, para os quais a revisão constitucional, apesar dos esforços, corre risco de não ter força para decolar. As atenções, acreditam os líderes, estarão divididas entre as comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado - em que serão discutidas as cassações de deputados e senadores - e o plenário do Congresso, no qual terão de ser votadas nos próximos dias as principais medidas provisórias que compõem o plano de estabilização econômica.

"A semana será marcada pelos desdobramentos da CPI", apostou o líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG). Na sua opinião, as Mesas da Câmara e do Senado precisarão ser ágeis para responder às pressões da opinião pública em favor de rápido desfecho da crise nascida das denúncias de corrupção na Comissão Mista de Orçamento. Apesar de simpático



José Serra

à revisão da Constituição, Delgado admite que ela ainda não contagiou os parlamentares, cuja atenção permanece voltada para os efeitos da CPI. "O que não impede que façamos um esforço para colocar em votação os temas consensuais da revisão", emenda o deputado.

O líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), torce para que a punição aos corruptos não monopolize as atenções do Congresso. "Muita gente está contra a revisão constitucional, mas ela deve começar", insiste o deputado. Os prazos são curtos, como lembra José Serra